

REVISTA CICEP
EVOLUÇÃO

JANEIRO DE 2025 V.4 N.01

ISSN: 27645363



DATA DE PUBLICAÇÃO: 15/01/2025



SL EDITORA

Revista Evolução CICEP

Nº 01

Janeiro 2025

Publicação

Mensal (janeiro)

SL Editora

Rua Bruno Cavalcanti Feder, 101, Torre A - 61 – Quinta da Paineira - 03152-155

São Paulo – SP – Brasil

www.sleditora.com

Editor Chefe

Neusa Sanches Limonge

Projeto Gráfico e capa

Lucas Sanches Limonge

Diagramação e Revisão

Luiz Cesar Limonge

Responsável Intelectual pela Publicação

Centro Institucional de Cursos Educacionais Profissionalizantes (CICEP)

Revista Evolução CICEP – Vol. 4, n. 01 (2025) - São Paulo: SL Editora, 2024 – Mensal

Modo de acesso: <https://www.revistaevolucaocicep.com.br/>

ISSN 2764-5363 (online)

Data de publicação: 15/01/2025

1. Educação 2. Formação de Professores

CDD 370

CDU 37

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário - CRB/8 8090

SUMÁRIO

O CAMINHO DA APRENDIZAGEM

Natália Moreira de Miranda Miguel..... 04

O PAPEL DA MATEMÁTICA NO DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE ABSTRAÇÃO E RACIOCÍNIO LÓGICO: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO COGNITIVA E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Luan Merida de Medeiros..... 10

O VOTO FEMININO E OS MOVIMENTOS FEMINISTAS: DESAFIOS E CONQUISTAS PARA AS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Luciane de Lima Silva 28

O CAMINHO DA APRENDIZAGEM

Natália Moreira de Miranda Miguel

RESUMO

Este artigo trata das dificuldades de aprendizagem dos alunos na unidade escolar. A partir dessa observação podemos perceber o nível e as dificuldades que esses alunos apresentam em sala de aula. O objetivo da investigação é verificar quais são as dificuldades desses alunos e através de atividades relacionadas com suas dificuldades, podemos então tentar ajudar esses alunos de alguma forma. A investigação aconteceu mediante pesquisa de campo, a partir do contato ou de experiências junto a alunos e professores. A forma como realizamos a investigação foi com observações e acompanhando os alunos de perto durante cinco dias, percebendo suas dificuldades de aprendizagem, uns mais e outros menos, depende de cada um, e que o trabalho do professor em sala de aula é muito importante e essencial para que esse aluno avance nas suas aprendizagens cada dia mais.

PAVALRAS CHAVE: Dificuldades de aprendizagem, intervenção, avaliação.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho analisamos dois alunos de faixa etária diferentes, um com 6 anos, estudante do 1º ano na rede municipal de ensino; e outro com 10 anos, estudante do 5º ano na rede particular. Podemos verificar que suas dificuldades de aprendizagens são de ortografia, aquisição de leitura e soluções de problemas matemáticos.

Foram feitos cinco encontros com os alunos e passadas várias atividades para que os ajudassem de acordo com suas necessidades.

Podemos analisar conforme nossas observações o que vem acontecendo com as dificuldades de aprendizagens em sala de aula. O professor faz as intervenções necessárias com os alunos para poder fazer com que eles

avancem, notamos que os professores são dedicados e gostam do que fazem, porém o número de crianças em sala de aula é grande e o tempo é curto, isso acaba fazendo com que o professor não consiga atender a todas as crianças que precisa de sua ajuda.

Segundo José e Coelho (1999), quando se fala das dificuldades de leitura e escrita, e especificamente do processo de alfabetização é muito importante que sejam questionadas as condições das crianças que o inicia, verificando se ela já adquiriu suficiente desenvolvimento físico, intelectual e emocional bem como todas as habilidades e funções necessárias para aprender.

Oakhill e Garnham (1988) afirmam que:

As dificuldades de leitura envolvem a incapacidade de reconhecer ou de compreender o material escrito.

O reconhecimento é o mais básico desses processos, uma vez que uma palavra deve ser reconhecida antes de ser compreendida. As dificuldades de compreensão em geral, não estão no nível das palavras individuais, mas sim no nível de sentenças e frases, ou na integração da informação dentro das frases.

De acordo com Hughes (1986), as dificuldades com números podem ocorrer de diferentes formas. Algumas crianças apresentam dificuldades nos primeiros estágios das operações básicas de contagem, adição e subtração. Isto pode levar a dificuldades futuras em que a criança adquire uma noção insuficiente das habilidades básicas.

Segundo Cockcroft (1982), crianças de 10 a 13 anos consegue realizar cálculos com as quatro operações básicas. O autor afirma que:

A matemática é “útil” apenas até o ponto em que pode ser aplicada a uma particular situação e é a habilidade de aplicar a matemática em uma série de situações que chamamos de resolução de problemas.

Para explicar a dificuldade da criança deve-se planejar e desenvolver uma intervenção eficaz, o primeiro passo a ser dado é descobrir exatamente os princípios que a criança usa e necessita.

COMPREENSÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

De acordo com o livro Crianças com dificuldades de aprendizagem - Uma abordagem cognitiva dos autores Mcshane e Dockrell (2000), muitas crianças apresentam dificuldades de aprendizagem. A dificuldade pode ser específica, como ocorre quando a criança apresenta dificuldades na leitura, ou pode ser geral, quando por exemplo, ela apresenta um aprendizado mais lento que o normal em uma série de tarefas.

Para se identificar uma dificuldade de aprendizagem, deve-se realizar uma avaliação. Baseando-se nos resultados desta avaliação, desenvolve-se um programa de intervenção para ser usado. Qualquer avaliação ou intervenção com uma criança com dificuldades de aprendizagem, forçosamente levanta hipóteses sobre a base do problema. Para que a avaliação seja confiável e válida, o profissional deve estar ciente sobre o desempenho do aluno em classe na execução da tarefa.

Nossa maior preocupação é considerar o que de fato se sabe a respeito das demandas cognitivas das tarefas como linguagem, leitura e números e os problemas que as crianças com dificuldade de aprendizagem enfrentam frente a essas tarefas.

A diferenciação mais óbvia se dá entre as crianças que apresentam distúrbios de aprendizagem gerais, e que, portanto, apresentam problemas com a maioria das matérias, e aquelas que apresentam uma dificuldade específica em leitura ou matemática.

MODELO DE ANÁLISE DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

De acordo com o estudo de Dockrell e Mcshane (2000), as análises das dificuldades de aprendizagens contém três partes: a tarefa, a criança e o ambiente. A análise de cada uma delas contribui para a compreensão e o tratamento das dificuldades. A tarefa ou as tarefas nas quais uma criança tem dificuldade deve ser analisada de modo, que as habilidades implícitas necessárias para um bom desempenho. A criança é a pessoa que no momento está envolvida com a dificuldade de realização da tarefa. O ambiente é o contexto externo no qual a sua dificuldade se manifesta; e aspectos do meio podem ser fatores agravantes da dificuldade da criança.

As crianças com dificuldades podem ser mais dependentes do ambiente do que as crianças sem dificuldades, além disso, as crianças sem dificuldades podem parecer fortes e resistentes aos fatores ou as situações ambientais que afetam seriamente aquelas com dificuldades.

Os tipos de dificuldades que estamos abordando são aqueles que impedem a realização educacional, como as dificuldades de linguagem, leitura e matemática.

IDENTIFICAÇÃO

A identificação de um problema nem sempre se dá de maneira direta. Em geral, é necessário que se faça uma comparação do desenvolvimento da criança e o de seus colegas.

Os problemas de aprendizagem podem ser apresentados de diferentes formas. Algumas crianças são identificadas porque seu desempenho fica abaixo da média dos colegas em determinadas tarefas.

Geralmente, os pais e os professores são os primeiros a notarem a presença de um problema.

Segundo Mcshane e Dockrell (2000), os pais tem grande riqueza de experiências de desenvolvimento vividas com a criança: podem vê-la agindo em uma grande variedade de situações e estão em posições privilegiadas para notar problemas. Os professores podem comparar o desempenho da criança em situações de grupo, estando cientes das demandas específicas e dos recursos que a criança necessita, notar se a criança precisa de muito mais tempo para aprender dos demais.

Sempre que o professor suspeitar de uma dificuldade de aprendizagem deve-se fazer os encaminhamentos necessários para a equipe multidisciplinar de atendimento, para o psicólogo ou para outros especialistas da área que seja feita a análise detalhada a fim de determinar a natureza do problema.

ONDE ESTÁ O PROBLEMA?

Muitas crianças com dificuldades não são identificadas e algumas delas são encaminhadas para avaliação especial por razões que não estão diretamente relacionadas à suas habilidades cognitivas específicas.

Em observação do aluno do 1º ano, podemos constatar que o aluno pouco conhece as letras do alfabeto e obtém dificuldade em sua pronúncia, e não é alfabetizado. De acordo com suas dificuldades encontradas foram desenvolvidas atividades relacionadas a sua dificuldade com o objetivo de ajudar na sua alfabetização.

Em observação da aluna do 5º ano, podemos constatar que sua dificuldade é em ortografia, a mesma se confunde com as letras m, n, p, b, suas dificuldades relacionadas à matemática é a interpretação das soluções-problemas e divisão.

A aluna possui uma grande insegurança e medo de errar, frequenta aulas de reforço para ajudar em seu desenvolvimento, pois a aluna também é muito tímida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos referente as intervenções e observações, percebemos que a intervenção escolar fornece um tipo de atenção, seu objetivo é reduzir as dificuldades de aprendizagem, orientando a criança, observando, compreendendo e desenvolvendo atividades que a ajude em seu desenvolvimento escolar.

As dificuldades dos alunos foram trabalhadas de acordo com as suas necessidades, porém as atividades de intervenção foram feitas em poucos dias, não podendo afirmar o avanço dos alunos. Eles fizeram as atividades propostas, mas precisamos de mais tempo para concluir esse trabalho e obter os resultados esperados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COCKCROFT, W.H. (org.). (1982). Mathematics Counts. Report of the Committee of Inquiry into the Teaching" of Mathematics in Schools. London: Her Majesty's Stationery Office.

DOCKRELL, Julie; MCSHANE, John. Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva. Tradução de Andrea Negreda. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HUGHES, M. (1986). Children and number Oxford: Basil Blackwell

JOSÉ, E. da A.& COELHO, M. T. Problemas de aprendizagem. São Paulo: Editora Ática, 1999.

OAKHILL, J. & GARNHAM, A. (1988). *Becoming a skilled Reader* NY: Basil Blackwell Ltd

O PAPEL DA MATEMÁTICA NO DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE ABSTRAÇÃO E RACIOCÍNIO LÓGICO: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO COGNITIVA E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Luan Merida de Medeiros

1. Resumo

A matemática leva fortemente ao desenvolvimento da abstração e etapas do pensamento lógico, que são pessoalmente o começo fundamental da aquisição e desenvolvimento de ferramentas cognitivas de resolução de problemas. Neste artigo, foi feita uma tentativa de avaliar o grau em que o processo de aprendizagem da matemática contribuiu para o desenvolvimento dessas habilidades, a utilidade do desempenho acadêmico e a aplicação em atividades práticas e interdisciplinares. Ele também analisa os problemas relacionados ao ensino da matemática, desinteresse pela qualidade e metodologias antigas e, em seguida, apresenta abordagens pedagógicas inovadoras que aprovam a ligação de conceitos matemáticos com as situações reais dos alunos. Finalmente, ele destaca que o objetivo de transformar a educação matemática é proposital em tornar o processo dinâmico e informado na preparação de indivíduos para enfrentar os desafios que surgem em um mundo em constante mudança.

Palavras-chave: Matemática, Abstração, Raciocínio lógico, Desenvolvimento cognitivo, Ensino inovador, Educação matemática.

2. Introdução

A matemática é importante para o desenvolvimento do pensamento humano, pois contribui para a abstração e generalização de conceitos. Dito isso, uma linha instrumental de raciocínio se desenvolve devido à qual é

possível multiplicar, dividir, somar e subtrair não maças como tais, mas quaisquer objetos materiais e coisas no mundo. Isso é instrumental para operações de contagem entre pessoas e cálculos. Em termos de educação, a matemática praticamente não se aplica a ser apenas uma disciplina na escola, mas como uma "tecnologia" para garantir o desenvolvimento de algoritmos lógicos usados em várias esferas de atividades acadêmicas e profissionais.

A abstração ajuda as pessoas a aprenderem princípios gerais de situações particulares, e o raciocínio lógico as ajuda a analisar a relação entre ideias e construir argumentos sólidos. A pesquisa psicológica e neurológica cognitiva tem, diretamente, relacionado ao aprendizado da matemática, melhorado essas funções, bem como mudado a percepção e a interação com o ambiente pelos humanos. No entanto, a educação matemática tem um longo caminho a percorrer antes que possa ser considerada livre de problemas: os alunos geralmente não estão interessados na disciplina, e há um problema geral de relacionar conceitos matemáticos a aplicações da vida real.

Este artigo tenta investigar o papel da matemática no crescimento da abstração e do pensamento lógico; avalia seu lugar para o desenvolvimento intelectual; e propõe técnicas de ensino que podem aumentar a aposta no dividendo. A pesquisa usou métodos teóricos e práticos visando preencher a lacuna de informação existente para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas. Finalmente, argumenta por uma educação matemática aberta, dinâmica e baseada no contexto que quebraria o ciclo de memorização de fórmulas para encorajar o pensamento crítico e criativo nos alunos.

3. Matemática como Ferramenta Cognitiva

3.1. Como os conceitos matemáticos facilitam a abstração?

Os conceitos matemáticos alcançam a abstração como as formas mais gerais de sua existência como produtos e objetos de apropriação quando, nessa condição, é evidente que a matemática é uma ciência inerentemente abstrata desde o início. Esses conceitos são realizados por meio de tipos de abstração como idealização, tematização, extração invariante e estabelecimento de analogia, que se resumem ao que forma o pano de fundo

do pensamento matemático. As abstrações adquirem características mais particulares e levam a classes, estruturas, operações, funções e morfismos.

Ela é ainda mais desenvolvida não apenas por símbolos generalizados que passaram a denotar qualquer operação matemática (digamos, soma ou multiplicação), mas também por abstrações mais variadas e vastas em matemática. Esta é uma questão de interação entre os níveis de abstrações em relação aos quais a unidade dos conceitos matemáticos não menos do que sua distinção específica é preservada [1].

Portanto, não é um beco sem saída em direção à abstração matemática, mas um processo contínuo de incorporação que enriquece o conhecimento matemático em profundidade e flexibilidade, incorporando assim melhor qualidade. O desenvolvimento e o ajuste fino dessas ideias são essenciais para o progresso do conhecimento e da prática da matemática [1].

3.2. De que maneiras o aprendizado da matemática melhora o pensamento lógico?

A inferência em matemática não é uma ação comum de senso comum, enquanto que, por meio de procedimentos bem estruturados para resolver problemas, é um estudo que transforma o senso comum em "senso comum analítico" além do reino da matemática aplicada [2] [3]. Por exemplo, lidar com problemas de palavras propostos em álgebra é bastante fundamental para o desenvolvimento de habilidades lógicas porque envolve traduzir cenários reais em formas e soluções matemáticas [2].

Dessa forma, enquanto disciplinas básicas de teoria dos números, como teoria elementar dos números, são mais uma tarefa cheia de exercícios regulares que aprimoram o raciocínio em direção à análise lógica [2]. O exercício repetido de provar teoremas leva a um hábito de pensamento não apenas cauteloso, mas também positivo em processos lógicos, desenvolvendo clareza em distinguir o que é logicamente verdadeiro do que não é; enquanto a condução de provas ou demonstração de teoremas carrega um bom padrão de mostrar correção em regras e princípios aplicados.

Portanto, a matemática é mais do que números e fórmulas; um grande instrumento para aplicar processos lógicos e sistemáticos de resolução de problemas benéficos para muitas áreas da vida e do raciocínio intelectual [2] [4].

3.3. Como o aprendizado matemático estruturado influencia o desenvolvimento cognitivo?

Estudos têm mostrado que o desenvolvimento cognitivo é influenciado pelo aprendizado matemático estruturado, com alguns indo ainda mais longe para sugerir que a exposição a tal aprendizado causaria mudanças bioquímicas e estruturais no cérebro em áreas como o sulco intraparietal (IPS) e o giro frontal médio esquerdo. Estudos de ressonância magnética indicam a importância do IPS para a compreensão da relação entre o aprendizado de matemática e as habilidades cognitivas. Isso pode ser visto em um modelo proposto para o classificador de proficiência cognitiva de alunos usando aprendizado contrastivo. [5].

A estrutura da educação matemática também implica que o desenvolvimento cognitivo é formado por meio da influência em componentes e processos dados da matemática que evocam habilidades cognitivas gerais. Isso faz com que as descobertas ressaltem que está na hora de os sistemas educacionais introduzirem currículos de matemática estruturados para desenvolver não apenas a alfabetização matemática, mas também as habilidades cognitivas em geral. Portanto, a pesquisa sobre as implicações neurais e cognitivas do aprendizado de matemática deve continuar em vigor, ao mesmo tempo em que recomenda intervenções educacionais que explorem isso para impulsionar as habilidades cognitivas em populações estudantis variadas [6].

4. Efeitos na Formação Intelectual

4.1. Como o ensino de matemática influencia o desenvolvimento cognitivo em crianças pequenas?

A educação em matemática molda o desenvolvimento cognitivo na primeira idade dos indivíduos, fornecendo fundamentos que são necessários para o crescimento geral da cognição. A educação matemática melhora o pensamento, de acordo com teorias educacionais tradicionais, que argumentam que o pensamento e as habilidades de resolução de problemas são refinados por meio do estudo de conceitos matemáticos [7].

Essas habilidades são muito importantes, pois não são usadas apenas na matemática, mas também afetam outras áreas da vida e, portanto, aumentam o desenvolvimento cognitivo geral. Como tal, a educação matemática — em um nível muito básico — dá experiências às crianças para dar sentido ao mundo ao seu redor [8]. Por exemplo, trabalhar com números, formas e padrões desenvolve a compreensão do espaço e ajuda as crianças a raciocinar e diferenciar entre vários conceitos matemáticos

A matemática básica também “torna possível formar relacionamentos entre coisas numéricas e operações como adição e subtração que aumentam as habilidades de resolução de problemas importantes no processo de pensamento” [8]. Portanto, o ensino de matemática na educação infantil auxilia na aprendizagem da matemática ao mesmo tempo em que aprimora os mecanismos cognitivos que sustentariam a aprendizagem e a resolução de problemas em diferentes cenários. Assim, é necessário que a educação infantil dê importância ao ensino da matemática, pois isso proporcionará às crianças ferramentas cognitivas para o aprendizado ao longo da vida.

4.2. Quais são os efeitos da educação matemática nas habilidades cognitivas dos adolescentes?

A maturação de certas regiões cerebrais e processos neuroquímicos pode ser ajudada mantendo a educação matemática até a adolescência para o desenvolvimento cognitivo, para que as funções cerebrais também se beneficiem dessa escolaridade essencial. Funções cognitivas aumentadas, como memória, aprendizado, raciocínio e resolução de problemas, seriam

exibidas por adolescentes que permanecem no aprendizado de matemática por causa dos produtos químicos cerebrais aprimorados e regiões cerebrais amadurecidas como MFG e córtex pré-frontal. [9][10]

Os níveis mais altos de GABA encontrados em alunos da adolescência aprendendo matemática são outra validação de como o aprendizado de matemática pode aumentar a flexibilidade cognitiva e também ajudar no desenvolvimento de produtos químicos cerebrais [11]. No entanto, aqueles que descontinuaram a matemática tiveram níveis mais baixos de produtos químicos cerebrais críticos, eventualmente levando a cérebros subdesenvolvidos que mostrarão claramente um déficit nas funções cognitivas em comparação com aqueles que buscaram educação matemática. Os resultados acima elucidam os efeitos geralmente mais amplos do estudo da matemática entre o crescimento cognitivo da adolescência.

Portanto, diz respeito ao estudo contínuo da matemática ou alguma outra forma de engajamento para que quaisquer disparidades potenciais de desenvolvimento possam ser moderadas.

4.3. Como a instrução matemática contribui para o desenvolvimento cognitivo em adultos?

Quando as pessoas envelhecem, é comum que várias funções cognitivas, como memória de trabalho, velocidade de processamento e inteligência fluida, diminuam de uma forma que torna importante implementar métodos de ensino adaptativos que possam lidar com tais alterações [12]. Diz-se na neurociência que o ensino de matemática criaria maior plasticidade cerebral, o que pode ser necessário para manter as habilidades cognitivas de alunos idosos [12].

O uso de tecnologia aplicada para instrução matemática amigável torna os adultos idosos mais envolvidos e usuários com suporte cognitivo. A instrução matemática melhora uma situação em que as populações envelhecidas vivenciam mudanças na cognição e melhora as habilidades numéricas básicas dessas pessoas. Tais interseções vão além da melhoria da qualidade das atividades instrucionais em matemática e oportunidades de

aprendizagem na vida adulta e, eventualmente, levam a melhores níveis cognitivos para os idosos [12].

5. Educação e Métodos de Ensino

5.1. Quais são os principais métodos de ensino de matemática que aprimoram o raciocínio lógico?

Uma das grandes técnicas de ensino, que aprimora muito o raciocínio lógico em matemática, envolve o uso de perguntas provocativas. Essas perguntas fazem os alunos refletirem sobre as coisas e apelarem ao seu pensamento de uma maneira mais elevada para que possam explorar múltiplas soluções e formas de resolução de problemas [13].

Quando os alunos lidam com essas perguntas, eles são forçados a verbalizar o processo de raciocínio, o que traz clareza ao seu entendimento e expõe quaisquer lacunas na lógica [14].

Algumas delas vêm de exercícios interativos, que supostamente fazem o aluno aplicar seu pensamento lógico em um cenário dinâmico, geralmente de trabalho em equipe. Eles investiriam ainda mais em se tornarem analisadores de informações, identificadores de fatos e indicadores dedutivos, fortalecendo assim a capacidade de pensar lógico-analiticamente [13][14].

Isso pode permitir ainda mais oportunidades para os alunos falarem sobre seus processos de pensamento, oralmente ou por escrito, e o raciocínio se torna mais preciso e exato. Tal prática só aumentará a comunicação e ajudará ainda mais o professor a fornecer feedback específico, bem como aconselhar os alunos, o que é de suporte para ajudá-los a aprimorar suas habilidades analíticas e fazer bons julgamentos com base em argumentos. Em suma, essas abordagens juntas contribuem para desenvolver as habilidades de raciocínio lógico dos alunos, tornando-os pensadores independentes que podem analisar criticamente argumentos matemáticos [13][14].

5.2. Como esses métodos de ensino promovem habilidades de abstração nos alunos?

No nível lógico, com o desenvolvimento de uma forma abstrata de aprendizagem, ela fornece um desenvolvimento intelectual mais completo. Ela opera não com informações descritivas herdadas de terceiros, mas gerando novos conhecimentos e resolvendo problemas cognitivos não padronizados. Ou seja, estimular os alunos a abordar problemas a partir dos primeiros princípios aumenta sua capacidade de pensar abstratamente. Por exemplo, dar uma tarefa de resolução de problemas aos alunos permitiria que eles avaliassem criticamente uma situação e delineassem estratégias não completamente dependentes de informações de livros didáticos.

Elas ajudam não apenas a pensar melhor, mas a aprender mais sobre ideias complexas. Quando a interação entre vários conceitos é possível para o aluno em um determinado ambiente, as condições em questão são favoráveis ao desenvolvimento do pensamento abstrato pelo aluno [15].

Englobados dentro de todo o aprendizado, os alunos vivenciam no futuro e estão preparados para enfrentar desafios ao se tornarem flexíveis e adeptos em ambientes variados. É por isso que é muito crucial para as instituições educacionais incorporar esses métodos de ensino para aprimorar o raciocínio abstrato de seus alunos, para que eles estejam adequadamente preparados para sua vida acadêmica e profissional.

5.3. Quais evidências apoiam a eficácia desses métodos na melhoria do raciocínio lógico e da abstração?

A partir da base de aprendizado abstrato, métodos muito eficientes têm apoiado tangivelmente o raciocínio lógico e a abstração. Um deles é o uso de quebra-cabeças e exercícios baseados em padrões, que expõem rapidamente padrões subjacentes, um aspecto rudimentar do raciocínio lógico [17]. Por exemplo, os quebra-cabeças Sudoku são muito bons para isso, pois ajudam muito a promover o reconhecimento de padrões como um constituinte do raciocínio abstrato.

Além disso, quando as razões são examinadas para cada problema, a compreensão do conceito básico é esclarecida, aumentando a capacidade de deduzir e inferir logicamente. Esse processo faz mais do que construir

compreensão; ele também espalha essas habilidades para outras áreas, construindo ainda mais a rede de conceituação lógica e abstrata.

6. Interdisciplinaridade

6.1. Como a lógica matemática sustenta metodologias e teorias científicas?

A lógica matemática não constitui apenas o coração, mas, mais importante, a base adequada dos métodos científicos na maioria dos setores, como física, engenharia e economia [18]. No cerne dessa associação está a modelagem matemática dentro da técnica científica; isso compreende a criação de representações de fenômenos do mundo real dentro da linguagem matemática [19].

Por sua vez, isso os capacita a abordar sistematicamente questões complexas e melhorar sua compreensão para poder fazer previsões sobre sistemas científicos. Complexo na forma, o cálculo representa o melhor lado da matemática teórica que torna possível ler padrões complexos no universo; portanto, seu valor na investigação científica é óbvio [18]. Ao fazer uma comparação entre o que os modelos matemáticos preveem e as medições reais, não apenas as hipóteses científicas são testadas, mas as teorias científicas são ainda mais desenvolvidas e validadas [19].

Esses processos são rigorosos. Eles sustentam a credibilidade dos métodos científicos ao limpar modelos para que reflitam com precisão os comportamentos que estão sendo representados em primeiro lugar. Isso vai até incorporar o terrível envolvimento da matemática no aprimoramento do conhecimento científico.

6.2. De que maneiras a lógica matemática facilita avanços na programação e no desenvolvimento de software?

O lugar da lógica matemática na programação e no desenvolvimento de software tem a ver com o desafio ameaçador de aumentar a complexidade dos sistemas contra a necessidade de metodologias mais fortes para garantir a integridade e a confiabilidade dos sistemas. Métodos formais baseados em lógica matemática são essenciais para aumentar a correção e a confiabilidade dos sistemas de software durante a especificação, o desenvolvimento e a verificação. Essa abordagem rigorosa é muito necessária em domínios onde os sistemas de software estão se tornando o coração de infraestruturas importantes; pequenas falhas aqui podem significar uma catástrofe completa, como em saúde, finanças ou transporte. Com esse uso crescente de métodos formais, há também uma necessidade crescente de uma força de trabalho de programação competente em raciocínio lógico e matemático para que as técnicas sejam usadas de forma eficaz. Essa ênfase na lógica matemática torna o software mais confiável e o algoritmo mais eficiente; nos dias de hoje, é um pré-requisito, considerando dados enormes e computações complexas, o que os aplicativos de software modernos fazem. A integração e a aplicação da lógica matemática na programação avançariam não apenas o desenvolvimento de software, mas também construiriam sistemas robustos e eficientes para atender a um mundo cada vez mais digital e complexo. [20]

6.3. Qual o papel da lógica matemática na modelagem econômica e nos processos de tomada de decisão?

Assim, na modelagem econômica e no processo de tomada de decisões de qualquer tipo, é necessário e muito conveniente aplicar lógica matemática que transforma os sistemas incontroláveis em equações convenientes cuja ação podemos entender. As teorias econômicas são formuladas corretamente, e as versões verdadeiras são testadas por modelos matemáticos, dando um grau muito próximo de aproximação à realidade. [21]

Tal força prognóstica forma um modo essencial para evitar riscos que acompanham a tomada de decisão econômica, prevenindo possíveis comportamentos ou fenômenos econômicos. A análise relacionada à economia matemática possui algumas técnicas funcionais que podem ajudar na medição

e análise das variáveis econômicas. Isso ajuda a garantir que as decisões tomadas sejam científicas e principalmente baseadas no método quantitativo. Assim, contribui para o uso da lógica matemática na modelagem econômica, que não será apenas útil na tomada de decisões futuras, mas também forma uma base para simular diferentes políticas fiscais e monetárias antes que sejam colocadas em ação. [21]

Portanto, é clara a importância da lógica matemática quando se toma uma decisão econômica informada e eficaz, já que ajuda a contribuir para a otimização de políticas e estratégias econômicas.

7. Perspectiva Neurocientífica

7.1. Quais estruturas neurais estão envolvidas principalmente no processamento matemático?

O processamento dinâmico e múltiplo da matemática no cérebro realmente existe, refletindo assim uma complexidade considerável relacionada à cognição matemática, e as principais regiões são o córtex pré-frontal necessário para funções em várias camadas, como resolução de problemas e planejamento de raciocínio, e então execução de estratégias relacionadas à resolução de cálculos matemáticos [22].

Esse envolvimento fala sobre a base neurobiológica em relação às habilidades matemáticas porque a funcionalidade do cérebro não é baseada em um único "processo matemático" - ou melhor, processador, mas em um monte de áreas interligadas contribuindo juntas para a cognição matemática [22].

Assim, suas redes corticais independentes de modalidade refletem mais uma prova sobre sua natureza mais versátil no manuseio de tarefas aritméticas, não importa em qual modalidade sensorial as informações vêm para entrada sob as quais elas podem operar para essas computações [23].

Em conjunto, essas observações mostram que o processamento matemático não corresponde a uma única área do cérebro, mas envolve o funcionamento integrado de uma rede de sistemas cerebrais que trabalham juntos para dar suporte a processos matemáticos mais complexos.

7.2. Como essas áreas cerebrais interagem durante a aprendizagem matemática?

A intrincada interação entre várias regiões do cérebro é crucial para entender como ocorre o aprendizado matemático, destacando a natureza distribuída das funções matemáticas pelo cérebro [24].

Essa interação dinâmica envolve a integridade estrutural e a plasticidade das regiões corticais parietal, temporal e pré-frontal, que coletivamente apoiam o desenvolvimento de habilidades matemáticas [25].

A capacidade do hemisfério direito de compreender conceitos complexos, como a curva de uma parábola, demonstra sua contribuição única para a compreensão de representações espaciais e tridimensionais, o que difere do foco do hemisfério esquerdo na manipulação simbólica e na compreensão relacional. Essa cooperação hemisférica é ainda mais enfatizada pelo papel do hemisfério esquerdo em facilitar a criatividade matemática por meio da manipulação de símbolos e relacionamentos [24].

Além disso, a interação entre essas regiões lança luz sobre as diferenças individuais no aprendizado matemático, pois os alunos mais rápidos tendem a recrutar redes cerebrais especializadas de forma mais eficiente para problemas praticados, em comparação com os novos. Estas percepções sublinham a importância de compreender os mecanismos neurais e as interconexões que fundamentam a aprendizagem matemática, enfatizando a necessidade de mais investigação para explorar e melhorar as estratégias educacionais que podem acomodar estas diferenças individuais [25].

7.3. Qual o papel da neuroplasticidade no aprimoramento das habilidades matemáticas?

A neuroplasticidade facilita o aprendizado da matemática e, particularmente, das habilidades finas por meio da intervenção na reorganização temporal de padrões funcionais associados a operações matemáticas.

Altamente exemplificado, no estudo de [26] onde o envolvimento em matemática e aritmética mental induziu alterações plásticas favoráveis que levaram a uma melhoria significativa no nível de matemática. Adaptabilidade extrema é vista notavelmente em pessoas com dificuldades de aprendizagem, em quem se mostra superativação de regiões cerebrais específicas como córtex pré-frontal, córtex parietal e lobo temporal e, portanto, a “hiperadaptação” compensou os déficits e facilitou o desenvolvimento de habilidades.

Além disso, um estudo em crianças com Discalculia do Desenvolvimento (DD) mostrou que o índice de plasticidade cerebral (BPI) aprimorado leva a uma maior melhoria no desempenho aritmético, sugerindo que a neuroplasticidade pode melhorar até mesmo aqueles que sofrem de desafios matemáticos inatos, como dito em [26].

É notório que se torna necessário intervir com atividades educacionais e terapêuticas que envolvem a neuroplasticidade, com atividades e exercícios que visam o estímulo de regiões cerebrais envolvidas no processamento matemático a fim de melhorar os resultados da aprendizagem e torná-la, de fato, significativa.

8. Conclusões

A matemática pode ser tomada como um meio pelo qual o desenvolvimento da abstração e do raciocínio lógico é possível, habilidades necessárias para o desenvolvimento cognitivo e a resolução de problemas complexos. Com uma análise teórica e reflexão sobre a prática educacional, foi possível entender como o aprendizado matemático contribuiu para estruturar o pensamento de forma analítica e criativa, impactando ainda mais não apenas o desempenho na escola, mas a vida diária e profissional como indivíduos.

Ao reconhecer os problemas do ensino de matemática, a saber, a impossibilidade de envolvimento e o domínio existente de uma abordagem tradicional, o artigo consolida a necessidade de métodos para trazer o conteúdo matemático para contextos reais e significativos. Estratégias

inovadoras que incluem ensino baseado em problemas, o uso de tecnologias educacionais e interdisciplinaridade podem surgir como essenciais para promover o impacto da matemática no desenvolvimento cognitivo.

Tal ciência não deve ser considerada como uma das disciplinas obrigatórias ensinadas nas escolas, mas como um meio essencial para equipar futuros cidadãos para raciocinar criticamente soluções para problemas e agir criativamente em um mundo complexo. Por fim, o artigo pede que mais pesquisas sejam realizadas sobre a eficácia de outras modalidades de pesquisa no ensino de matemática e como essas habilidades podem ser transferidas para outras esferas do conhecimento e da vida prática.

No entanto, isso pode ser feito valorizando a matemática como uma atividade de desenvolvimento humano e criando espaço para práticas pedagógicas que sejam inclusivas e envolventes, a fim de preparar adequadamente os alunos para enfrentar os desafios do século XXI.

9. Referências Bibliográficas

1. Hourya Benis-Sinaceur. *Facets and Levels of Mathematical Abstraction*. *Philosophia Scientiæ* 18-1. p. 81-112. 2014. <<https://doi.org/10.4000/philosophiascientiae.914>>.
2. MEIRA, L. de L., DIAS, M. da G., SPINILLO, A. G. *Raciocínio Lógico-Matemático: Aprendizagem e Desenvolvimento*. Temas em Psicologia, N. 1. 1993. < <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v1n1/v1n1a13.pdf> >.
3. *How To Improve Mathematical Skills And Logical Thinking*. Extraído de < <https://byjus.com/btc/how-to-improve-mathematical-skills-and-logical-thinking/> >. Acesso em 05 dez 2024.
4. *How does Learning Math make you more logical and active?* Extraído de < <https://nurtem.com/blogs/how-does-learning-math-make-you-more-logical-and-active/> >. Acesso em 02 dez 2024.

5. **ZHANG, Y., LIU, S., SHANG, X.** *An MRI Study on Effects of Math Education on Brain Development Using Multi-Instance Contrastive Learning*. Front. Psychol., 23 November 2021. Volume 12.

6. **GILMORE, C.** *Understanding the complexities of mathematical cognition: A multi-level framework*. Q J Exp Psychol (Hove). 2023 May 27; 76(9):1953–1972. doi: <<https://doi.org.br/10.1177/17470218231175325>>.

7. **KLIZIENE, I., PASKOVSKA, A., CIZAUSKAS, G., AUGUSTINIENE, A., SIMONAITIENE, B., KUBILIUNAS, R.** *The Impact of Achievements in Mathematics on Cognitive Ability in Primary School*. Brain Sci. 2022 Jun 3; 12(6) : 736. < <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9221140/> >.

8. Cognition. *School Readiness*. Acesso em 10 de dezembro de 2024, extraído de < <https://eclkc.ohs.acf.hhs.gov/school-readiness/article/cognition> >.

9. *Lack of math education negatively affects adolescent brain and cognitive development*. News and events. Loughborough University. Acesso em 1 de dezembro de 2024, extraído de <<https://www.lboro.ac.uk/news-events/news/2021/june/lack-math-education-affects-brain-development/>>.

10. **FREITAS, N. L. de, FERREIRA, F. de O., HAASE, V. G.** *Linguagem e matemática: estudo sobre relações entre habilidades cognitivas linguísticas e aritméticas*. Ciências & Cognição 2010; Vol 15 (3): 111-125 <<http://www.cienciasecognicao.org>>.

11. **ZACHAROPOULOS, G. SELLA, F., KADOSH, R. C.** *The impact of a lack of mathematical education on brain development and future attainment*. Acesso em 03 de dezembro de 2024, extraído de < <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8214709/> >

12. **OLEGÁRIO, R. L., PIANEZZER, G. A.** *Unraveling Cognitive Shifts: Neuroscience-Base Strategies in Mathematics Education*. Acesso em 11 de dezembro, extraído de <

- https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1595/3486638_tcc_rap_hael_lopes_olegario_licenciatura.pdf?sequence=1&isAllowed=y >
13. *Here's how you can enhance logical reasoning in teaching*. LinkedIn. Acesso em 8 de dezembro, extraído em <<https://www.linkedin.com/advice/0/heres-how-you-can-enhance-logical-reasoning-teaching-pwpnf>>.
14. *9 Powerful Thinking Traits Students Need to Excel in Math*. Acesso em 7 de dezembro de 2024, extraído de <<http://teachfind.com/teaching-strategies/9-powerful-thinking-traits-students-need-to-excel-in-math/>>.
15. *Practical and Exciting Abstract Learning Activities for the Classroom*. Acesso em 1 de dezembro de 2024, extraído de <<https://funderstanding.com/teachers/practical-and-exciting-abstract-learning-activities-for-the-classroom/>>.
16. **DYSHKANT, A.** *20 Innovative Teaching Methods With Examples: How to Implement in Education Process*. Piogroup. Acesso em 25 de novembro de 2024, extraído de < <https://piogroup.net/blog/20-innovative-teaching-methods-with-examples-how-to-implement-in-education-process> >.
17. *Improving Your Abstract Reasoning Skills*. Faster Capital. Acesso em 27 de novembro de 2024, extraído de < <https://fastercapital.com/topics/improving-your-abstract-reasoning-skills.html> >.
18. **MARANCA, A. P.** *Bridging the Gap: The Fusion of Mathematical Theory and Real-World Applications*. LinkedIn. Acesso em 26 de novembro de 2024. Extraído de < <https://www.linkedin.com/pulse/bridging-gap-fusion-mathematical-theory-real-world-portinari-maranca-k94ff/> >.
19. *Does Math use the scientific method?*. Acesso em 30 de novembro de 2024 e extraído de < <https://philosophy.stackexchange.com/questions/110547/does-math-use-the-scientific-method> >.

20. *The Essence of Logic & Math in Coding & Computer Programming*. LinkedIn de Stroque Digital Ltd. Acesso em 20 de novembro de 2024, extraído de < <https://www.linkedin.com/pulse/essence-logic-math-coding-computer-programming-sproquedigitals-f0cef/> >
21. *Mathematical economics*. Study Smarter. Acesso em 29 de novembro de 2024, extraído de < <https://www.studysmarter.co.uk/explanations/math/applied-mathematics/mathematical-economics/> >.
22. *Which areas of the brain do we use when doing complex math?*. Quora. Acesso em 30 de novembro de 2024, extraído de < <https://www.quora.com/Which-areas-of-the-brain-do-we-use-when-doing-complex-math> >.
23. *The brain makes sense of math and language in different ways*. News Story. A. James Clark School of Engineering. University of Maryland. Acesso em 4 de dezembro de 2024, extraído de < <https://ece.umd.edu/news/story/the-brain-makes-sense-of-math-and-language-in-different-ways> >.
24. *What parts of the brain are involved when doing mathematics?* Quora. Acesso em 30 de novembro de 2024, extraído de < <https://www.quora.com/What-parts-of-the-brain-are-involved-when-doing-mathematics> >.
25. MENON, V., CHANG, H. *Emerging neurodevelopmental perspectives on mathematical learning*. National Library of Medicine, 2021. Acesso em 4 de dezembro de 2024, extraído de < <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8184018/> >
26. TANG, J. *How does neuroplasticity work and how do we optimize our neuroplasticity potential?* Imperial Bioscience Review. 2020. Acesso em 4 de dezembro de 2024, extraído de <

<https://imperialbiosciencereview.wordpress.com/2020/09/25/how-does-neuroplasticity-work-and-how-do-we-optimize-our-neuroplasticity-potential/> >.

O VOTO FEMININO E OS MOVIMENTOS FEMINISTAS: DESAFIOS E CONQUISTAS PARA AS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Luciane de Lima Silva

RESUMO

O presente artigo abordou a trajetória histórica da participação da mulher na sociedade, com destaque para a conquista do direito ao voto em 1934. Os movimentos feministas, ao longo do tempo, levantaram não apenas essa pauta, mas também questões como melhores condições de trabalho, equidade salarial, acesso à Educação e outros direitos fundamentais. Esse tema é de extrema relevância para a disciplina de História, tanto dentro quanto fora da sala de aula, uma vez que contribui para a democratização das oportunidades e a redução das desigualdades sociais de gênero, que persistem na sociedade e na Educação. A pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar as discussões sobre a evolução social e legal proporcionada pelos movimentos feministas no Brasil, com enfoque no direito ao voto como um marco histórico significativo, além de seu potencial como objeto de estudo em sala de aula. Ao analisar os resultados, constatou-se que, após a conquista do direito ao voto, os movimentos feministas perderam parte de sua intensidade, o que retardou o reconhecimento de outros direitos essenciais pelas instituições e pela sociedade. Essa demora comprometeu, em parte, a promoção do exercício pleno da cidadania pelas mulheres, destacando a importância de revisitar e aprofundar o estudo sobre essas lutas no contexto educacional.

Palavras-chave: Direitos das Mulheres; História; Voto Feminino; Educação.

ABSTRACT

This article addresses the historical trajectory of women's participation in society, with emphasis on the achievement of the right to vote in 1934. Over time, feminist movements have raised not only this issue, but also issues such as better working conditions, equal pay, access to education, and other fundamental rights. This topic is extremely relevant to the discipline of History,

both inside and outside the classroom, since it contributes to the democratization of opportunities and the reduction of social inequalities based on gender, which persist in society and in education. The research is justified by the need to broaden discussions on the social and legal evolution provided by feminist movements in Brazil, focusing on the right to vote as a significant historical milestone, in addition to its potential as an object of study in the classroom. When analyzing the results, it was found that, after the achievement of the right to vote, feminist movements lost some of their intensity, which delayed the recognition of other essential rights by institutions and society. This delay has compromised, in part, the promotion of the full exercise of citizenship by women, highlighting the importance of revisiting and deepening the study of these struggles in the educational context.

Keywords: Women's Rights; History; Women's Vote; Education.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, as mulheres foram colocadas em uma posição de submissão na sociedade, especialmente em contextos marcados pelo patriarcado. Durante séculos, os homens detiveram o poder e a autoridade, consolidando uma relação de dominação que relegava as mulheres ao espaço doméstico e à exclusão de papéis sociais significativos. Como afirmam Sardenberg e Costa, a mulher representava: "a primeira forma de opressão na história da humanidade" (1994, p. 81).

Segundo Toledo (2005), esse cenário era reforçado por uma educação que fazia as mulheres acreditarem que tal situação era natural, limitando seu papel às atribuições domésticas desde a infância. Assim como negros e pessoas com deficiência, as mulheres eram frequentemente marginalizadas.

Mudanças começaram a emergir apenas no século XIX, quando debates sobre cidadania evidenciaram a necessidade de oferecer às mulheres acesso à formação acadêmica. Nesse contexto, algumas cidades brasileiras instituíram salas de aula exclusivas para mulheres, com o objetivo inicial de formar professoras. Apesar disso, a segregação educacional era um reflexo das limitações impostas pela sociedade. Com o tempo, mais mulheres se formaram do que homens, transformando o cenário da Educação. Contudo, a desigualdade persistia, com os homens ocupando posições hierarquicamente superiores, como cargos de direção, enquanto as mulheres eram restritas às

salas de aula, sendo vistas como emocionalmente mais aptas, mas menos firmes para liderar (LOURO, 2006).

Fora do campo educacional, a inserção das mulheres no mercado de trabalho era acompanhada de condições precárias, salários baixos, longas jornadas e assédio. Não havia legislação que garantisse seus direitos, expondo-as a inúmeras formas de exploração. A luta pelo direito ao voto simbolizou um marco no avanço da cidadania feminina. Ribeiro (2008) destaca que a Nova Zelândia foi o primeiro país a conceder esse direito, em 1893, seguido pelo Equador, na América Latina, em 1929. No Brasil, o tema começou a ganhar força com a participação de mulheres em periódicos e revistas a partir de 1850, trazendo visibilidade às suas demandas.

Em 1891, Saldanha Marinho propôs uma emenda constitucional para garantir o direito ao voto feminino, mas pressões políticas impediram sua aprovação. A luta continuou em estados como Minas Gerais, onde algumas mulheres conquistaram o direito ao voto em 1905, e no Rio Grande do Norte, o primeiro estado a reconhecê-lo oficialmente. Somente em 1932, com o Código Eleitoral Brasileiro, o voto feminino foi regulamentado, embora inicialmente facultativo. A Constituição de 1934 consolidou o direito, reduzindo a idade mínima para votação de 21 para 18 anos (RIBEIRO, 2008).

Após a Segunda Guerra Mundial, organizações como o Comitê de Mulheres pela Democracia (1945) e a Federação das Mulheres do Brasil (1947) fortaleceram as reivindicações por igualdade de direitos. Durante o regime militar de 1964, no entanto, essas iniciativas foram duramente reprimidas, com mulheres sendo perseguidas, torturadas e silenciadas. O ressurgimento dos movimentos feministas ocorreu em 1975, com a Proclamação do Ano Internacional da Mulher pela ONU, que impulsionou lutas por uma sociedade mais igualitária.

A partir da década de 1970, questões como condições dignas de trabalho, igualdade salarial, valorização da mulher e justiça social tornaram-se centrais nas reivindicações feministas no Brasil. Esses movimentos deixaram um legado significativo na busca por uma sociedade onde as mulheres possam exercer plenamente sua cidadania, com direitos e deveres igualitários, marcando a história brasileira com suas lutas e conquistas (SARDENBERG e COSTA, 1994).

A discussão sobre a trajetória histórica da mulher e suas conquistas é de extrema relevância, pois permite compreender as estruturas de desigualdade que marcaram e, em muitos casos, ainda marcam a sociedade. Refletir sobre esse tema é fundamental para reconhecer as lutas femininas ao longo da história, especialmente no que diz respeito à busca por direitos básicos, como o acesso à educação, ao mercado de trabalho em condições dignas, à equidade salarial e ao direito ao voto. Esse debate não só enriquece o entendimento histórico, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária (LOURO, 2006).

No âmbito educacional, trabalhar esse tema com crianças, jovens e adultos possibilita a construção de uma consciência crítica, necessária para desconstruir estereótipos de gênero e combater práticas discriminatórias. Ao abordar as conquistas femininas em sala de aula, promove-se o reconhecimento da importância do protagonismo feminino na transformação social, o que inspira tanto mulheres quanto homens a participarem de maneira ativa na luta por uma sociedade mais equitativa (RIBEIRO, 2008).

O foco deste trabalho é analisar a trajetória histórica da mulher na sociedade, destacando os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas, com ênfase no direito ao voto e nas transformações sociais impulsionadas pelos movimentos feministas no Brasil. Além disso, busca-se evidenciar como essas lutas contribuíram para ampliar o acesso das mulheres à educação, ao mercado de trabalho e à participação política, promovendo debates sobre a importância de construir uma sociedade mais igualitária. O estudo também explora a relevância desse tema no contexto educacional, destacando a necessidade de sua abordagem na disciplina de História como forma de fomentar a conscientização crítica sobre as desigualdades de gênero e os avanços necessários para garantir os direitos das mulheres.

Minha aproximação com o tema surgiu a partir de reflexões pessoais e acadêmicas sobre as desigualdades de gênero e o papel histórico das mulheres na construção de uma sociedade mais justa. Ao longo de minha trajetória, percebi a importância de compreender os desafios enfrentados pelas mulheres no passado e no presente, sobretudo no que diz respeito à conquista de direitos fundamentais, como o acesso à educação, o direito ao voto e condições dignas de trabalho.

Esse interesse foi aprofundado por meio de leituras e debates relacionados à história dos movimentos feministas e suas contribuições para a transformação social. A análise das lutas e conquistas femininas, muitas vezes invisibilizadas, despertou em mim o desejo de trazer essa discussão para o campo educacional, reconhecendo seu potencial para formar cidadãos mais conscientes e engajados na promoção da igualdade de gênero. Esse tema, além de resgatar a memória histórica, conecta-se diretamente com a construção de um futuro mais inclusivo e democrático, o que reforça sua relevância em meu percurso acadêmico e profissional.

A discussão sobre a trajetória histórica das mulheres e suas conquistas é essencial para compreender as desigualdades de gênero que ainda persistem na sociedade contemporânea. Reconhecer o papel dos movimentos feministas no avanço de direitos, como o acesso à educação, a equidade salarial e o direito ao voto, é fundamental para contextualizar os desafios atuais e fortalecer a luta por igualdade.

Além disso, trabalhar esse tema na educação permite não apenas resgatar memórias históricas, mas também desconstruir estereótipos de gênero, promover reflexões críticas e incentivar a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Assim, esta pesquisa se justifica por trazer à tona uma discussão necessária e relevante, que conecta o passado às demandas do presente, enquanto fomenta o protagonismo feminino e a conscientização social.

O problema central desta pesquisa é: "Como a análise da trajetória histórica das mulheres e das conquistas obtidas pelos movimentos feministas pode contribuir para a compreensão das desigualdades de gênero e para a promoção de debates sobre a igualdade na educação e na sociedade?"

O objetivo geral é analisar a trajetória histórica das mulheres e suas conquistas no Brasil, com foco no direito ao voto e nas transformações promovidas pelos movimentos feministas, ressaltando sua importância no contexto social e educacional.

Como objetivos específicos, tem-se de compreender a influência dos movimentos feministas na conquista de direitos fundamentais, como o voto feminino, a educação e condições dignas de trabalho; refletir sobre a importância de abordar essa temática na disciplina de História, promovendo

debates sobre a igualdade de gênero e os avanços necessários na sociedade atual; e as influências relacionadas a questão étnico-racial.

2. MÉTODO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, com o objetivo de compreender e analisar a trajetória histórica das mulheres e as conquistas dos movimentos feministas, com ênfase no direito ao voto e nas implicações educacionais e sociais dessa temática. A escolha dessa metodologia baseia-se na necessidade de examinar documentos, livros e artigos científicos que abordem o tema, buscando estabelecer conexões entre as transformações históricas e os desafios contemporâneos relacionados à igualdade de gênero.

A pesquisa bibliográfica é fundamental para o levantamento e a análise de conhecimentos já consolidados, permitindo uma revisão crítica da literatura que sustenta as reflexões do estudo. Nesse sentido, o trabalho dialoga com diferentes perspectivas teóricas, priorizando autores que discutem os movimentos feministas, as questões de gênero e a educação como espaço de transformação social.

Além disso, enfatiza-se que a abordagem qualitativa possibilita compreender os significados atribuídos aos fenômenos históricos e sociais, o que é essencial para discutir como as lutas femininas influenciaram a construção de uma sociedade mais equitativa. A pesquisa também busca promover uma análise crítica das fontes históricas e dos dados coletados, contribuindo para uma visão ampla e contextualizada do tema. Autores como Porto (2002); Martínez (2016) e Santos (2017), contribuem com suas discussões a respeito do tema em questão.

Por fim, destaca-se que a pesquisa bibliográfica e qualitativa permite não apenas descrever fatos históricos, mas também interpretar os processos de mudança e os impactos desses fenômenos no presente. Essa perspectiva fundamenta a análise das conquistas femininas no Brasil e reforça a relevância de incluir essa discussão no campo educacional, especialmente no ensino de

História. A partir dessa metodologia, o estudo busca oferecer uma contribuição significativa para os debates acadêmicos e sociais sobre igualdade de gênero e educação.

2.1 Contexto da pesquisa

A pesquisa insere-se em um contexto histórico e social marcado por desigualdades de gênero que, embora reduzidas ao longo das últimas décadas, ainda persistem de forma significativa. Historicamente, as mulheres foram colocadas em papéis secundários na sociedade, especialmente em espaços políticos, educacionais e profissionais, sendo frequentemente excluídas de processos de tomada de decisão e oportunidades de ascensão social. Esse cenário começou a se transformar com o surgimento dos movimentos feministas, que, ao longo do século XX, foram responsáveis por importantes conquistas, como o direito ao voto, melhores condições de trabalho e acesso à educação formal.

No Brasil, o direito ao voto feminino, instituído em 1932 e consolidado pela Constituição de 1934, representou um marco na luta pela igualdade de gênero. Apesar desse avanço, outros direitos, como a igualdade salarial e o pleno reconhecimento da mulher como cidadã, ainda enfrentaram resistências, refletindo a lentidão nas mudanças culturais e institucionais. A educação, nesse contexto, assumiu um papel crucial como ferramenta para a promoção da igualdade, tanto na formação de mulheres quanto na conscientização sobre as desigualdades estruturais.

Segundo Porto (2002), a análise histórica das relações de gênero é fundamental para compreender como as desigualdades estruturais foram construídas e perpetuadas ao longo do tempo. O autor destaca que os movimentos feministas desempenharam um papel central na desconstrução de estereótipos que restringiam as mulheres a papéis domésticos e subordinados, abrindo caminho para conquistas significativas, como o direito ao voto, o acesso à educação e a inserção no mercado de trabalho.

Santos (2017) também enfatiza que a educação é um dos principais instrumentos para transformar essas desigualdades, uma vez que promove a conscientização sobre direitos, incentiva a participação política e fortalece a luta por uma sociedade mais equitativa. Assim, o autor reforça a importância de discutir o tema nas escolas, especialmente nas aulas de História, como forma de conectar as conquistas do passado aos desafios do presente, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e engajados.

Atualmente, a discussão sobre a história das mulheres e suas conquistas é ainda mais relevante diante das demandas por equidade e justiça social. Em um cenário onde movimentos contemporâneos e campanhas pela igualdade salarial continuam a chamar a atenção para as disparidades de gênero, a escola e a disciplina de História tornam-se espaços privilegiados para debater esses temas, promovendo reflexões críticas e o desenvolvimento de uma cidadania ativa. Este estudo, portanto, situa-se nesse contexto, com o objetivo de conectar o passado às demandas atuais e de destacar o papel da educação na construção de uma sociedade mais equitativa.

2.4 Procedimentos de coleta e análise dos dados

A coleta de dados da pesquisa apresentada seguiu uma metodologia baseada na revisão bibliográfica de obras e artigos acadêmicos que abordam a trajetória histórica da participação da mulher na sociedade, com ênfase na conquista do direito ao voto em 1934.

O primeiro passo foi definir o tema central da pesquisa, delimitando o foco na luta das mulheres brasileiras pelo sufrágio e os aspectos sociais, políticos e culturais que influenciaram essa conquista.

Foi realizada uma busca detalhada em bases de dados acadêmicas, bibliotecas físicas e digitais, além de legislações históricas e documentos oficiais que registram o processo de ampliação dos direitos femininos no Brasil.

Após a coleta das referências, os dados foram organizados em categorias temáticas, como contexto histórico, movimentos feministas,

influências internacionais e impactos da conquista do voto feminino na Constituição de 1934.

Os dados foram analisados com base nas teorias de autores centrais na área, como Simone de Beauvoir, Joan Scott e Heleieth Saffioti, cujos estudos elucidam as relações de gênero, os processos de exclusão e as lutas por igualdade.

A pesquisa foi fundamentada nas seguintes teorias: a teoria feminista, que destaca a luta por equidade de gênero; a teoria social, que contextualiza as transformações nas estruturas sociais; e a análise histórica, que permite compreender a evolução dos direitos femininos em perspectiva cronológica.

A análise foi comparativa, buscando identificar semelhanças e diferenças entre o movimento sufragista brasileiro e os movimentos de outros países, bem como os desafios específicos enfrentados pelas mulheres no Brasil.

Com base na análise dos dados bibliográficos, foram identificadas as principais contribuições do movimento sufragista feminino, os marcos legislativos e históricos que possibilitaram a conquista do direito ao voto, além das repercussões sociais que essa conquista teve na participação política das mulheres brasileiras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A conquista do direito ao voto feminino foi um marco fundamental na história das lutas sociais e políticas no Brasil e no mundo. Para as mulheres, o direito de votar representava a formalização de sua cidadania e o reconhecimento de sua capacidade de influenciar as decisões políticas. No entanto, a análise dessa conquista não pode ser dissociada da complexidade das questões étnico-raciais, uma vez que as mulheres negras, historicamente marginalizadas e excluídas, enfrentaram desafios específicos para garantir seus direitos políticos e sociais.

O direito ao voto feminino no Brasil foi conquistado em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral, mas o processo de conquista foi longo e árduo. Desde o século XIX, diversas mulheres lutaram pela ampliação de seus

direitos políticos, desde as primeiras discussões sobre a cidadania feminina até as primeiras manifestações por parte de movimentos feministas no país. No entanto, a luta pelo voto feminino não ocorreu de forma homogênea. Enquanto mulheres brancas, especialmente as de classes médias e altas, conquistavam uma maior visibilidade nos movimentos, as mulheres negras eram marginalizadas tanto pela sociedade racista como pelas próprias correntes do movimento feminista (BOLOGNA, 2019).

O voto feminino, embora tenha sido uma grande vitória para as mulheres em geral, não solucionou as desigualdades enfrentadas por uma parcela significativa da população feminina. As mulheres negras, em particular, continuaram a ser excluídas de diversos direitos políticos, sociais e econômicos. A interseção entre gênero, raça e classe social contribuiu para que elas fossem, muitas vezes, silenciadas e deixadas à margem das conquistas feministas (LIMONGI et al., 2019).

O Brasil, como uma sociedade marcada pela escravidão, carrega consigo uma herança histórica de racismo que afetou as mulheres negras de maneira especial. Durante o período de escravidão, as mulheres negras não apenas sofreram as violências da opressão racial, mas também a violência sexual e a exploração de seu trabalho. Mesmo após a abolição da escravatura, as mulheres negras continuaram a ser tratadas como cidadãs de segunda classe, sendo excluídas dos espaços de poder e da participação política.

Quando o voto feminino foi conquistado em 1932, as mulheres negras, em grande parte, ainda eram analfabetas, estavam excluídas das esferas de educação e tinham acesso limitado aos direitos civis. Esse cenário de marginalização persistiu por várias décadas, refletindo a exclusão estrutural que as mulheres negras enfrentaram. A luta das mulheres negras pelo direito de voto não foi apenas uma luta contra o patriarcado, mas também contra um sistema racista e excludente (RIBEIRO, 2008).

As mulheres negras, ao longo do tempo, foram construindo suas próprias narrativas e movimentos em resposta às opressões múltiplas que enfrentavam. Movimentos como o movimento negro feminino e o feminismo negro, que surgiram com mais força nas décadas de 1970 e 1980, buscaram resgatar as vozes e as experiências das mulheres negras, denunciando o racismo, o machismo e a discriminação de classe que as subjugavam.

Autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento desempenharam um papel crucial ao destacar a importância de se compreender o feminismo a partir da perspectiva das mulheres negras. Elas criticaram a exclusão das mulheres negras dos movimentos feministas tradicionais e chamaram a atenção para as especificidades da luta das mulheres negras, que não podem ser reduzidas às questões de gênero, mas que devem ser compreendidas também no contexto do racismo estrutural e das desigualdades sociais.

Embora o direito ao voto tenha sido conquistado para todas as mulheres em 1932, a participação efetiva das mulheres negras nas eleições e nos espaços de poder demorou a se consolidar. A falta de acesso à educação, a pobreza e o racismo sistêmico dificultaram a inserção das mulheres negras na política, criando uma situação de sub-representação política e social (MARTÍNEZ, 2016).

Nos últimos anos, no entanto, tem ocorrido um avanço significativo. O movimento negro feminino tem desempenhado um papel importante na luta por mais representatividade política, e cada vez mais mulheres negras ocupam espaços nas câmaras municipais, assembleias legislativas e até mesmo no Congresso Nacional. A eleição de mulheres negras como vereadoras e deputadas, como é o caso de figuras como Benedita da Silva e Marielle Franco, foi um marco na luta por mais justiça social e equidade política.

Assim, o voto feminino, embora tenha sido uma vitória histórica, não resolveu as desigualdades profundas enfrentadas pelas mulheres negras. O direito ao voto, por si só, não foi suficiente para garantir uma participação plena das mulheres negras na política e na sociedade. É necessário entender as questões raciais, de classe e de gênero de forma interseccional para que a luta das mulheres negras seja verdadeiramente reconhecida e integrada ao movimento feminista.

A participação das mulheres negras na política é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para isso, é essencial que o movimento feminista reconheça as especificidades das lutas das mulheres negras, não apenas em relação ao direito ao voto, mas em relação à superação das barreiras impostas pelo racismo e pela exclusão social.

O avanço no empoderamento das mulheres negras deve ser visto como uma prioridade para o fortalecimento da democracia e da justiça social, promovendo uma representação política que seja verdadeiramente inclusiva e que reflita a diversidade da sociedade brasileira (SANTOS, 2017).

A comparação entre os autores citados revela perspectivas distintas e complementares sobre a trajetória histórica da participação das mulheres na sociedade, com destaque para a conquista do direito ao voto.

Enquanto Martínez (2016) aborda o contexto latino-americano de forma panorâmica, destacando o pioneirismo do Uruguai em nível local e do Equador em nível federal, outros autores, como Santos (2017), focam na experiência brasileira, evidenciando o papel dos movimentos feministas e das transformações sociais e culturais internas. Essa diferenciação permite compreender como os processos de emancipação feminina ocorreram de forma desigual em diferentes países, influenciados por contextos específicos.

Hahner (1981 apud Santos, 2017) e Porto (2002) oferecem análises mais detalhadas das demandas das mulheres brasileiras no final do século XIX e início do XX. Enquanto Hahner evidencia o avanço do debate sobre igualdade de direitos e a ampliação do significado da "emancipação feminina", Porto destaca as restrições iniciais que limitavam o direito ao voto a mulheres com qualificações específicas, revelando uma abordagem mais elitista e excludente. Esses dois enfoques permitem contrastar o ideal de igualdade almejado pelas feministas com as práticas restritivas implementadas pelas legislações da época.

A obra de Alves (1980) sobre Nísia Floresta complementa essa discussão ao destacar o papel fundamental da educação como ferramenta de emancipação. Floresta via na educação uma forma de combater a dependência econômica e social das mulheres em relação aos homens, um ponto que também ecoa nas reflexões de Hahner sobre a luta por igualdade em todas as esferas da vida. Essa convergência demonstra como diferentes autores reconhecem a educação como um elemento essencial para a conquista de direitos, embora enfatizem diferentes aspectos dessa luta.

O debate entre Santos (2017) e Limongi et al. (2019) evidencia a continuidade e a evolução do movimento feminista brasileiro. Santos destaca o

papel do sufrágio como porta de entrada para a cidadania plena, enquanto Limongi et al. analisam as mudanças jurídicas que gradativamente eliminaram as distinções de gênero no âmbito eleitoral. A transição entre essas fases do movimento reflete como as demandas femininas evoluíram de reivindicações específicas para a consolidação de direitos amplos e universais.

O trabalho de Porto (2002) contrasta com o de Santos (2017) ao examinar as limitações impostas pelas primeiras propostas de emenda constitucional para o voto feminino, evidenciando o caráter conservador de parte da elite política da época. No entanto, ambos convergem ao reconhecer a importância dos movimentos organizados, como o Partido Republicano Feminino (PRF) e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), para a conquista de avanços significativos.

Em síntese, os autores citados oferecem uma visão abrangente e multifacetada sobre a luta das mulheres pelo direito ao voto. Enquanto alguns destacam o contexto latino-americano, outros mergulham nas especificidades brasileiras, contrapondo as restrições legais às demandas sociais e aos avanços conquistados ao longo do tempo. Essa análise comparativa revela como diferentes abordagens e perspectivas enriquecem a compreensão desse processo histórico e seus desdobramentos na busca por igualdade de gênero.

No caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) promoveram mudanças significativas no ensino de História, visando criar uma sociedade mais democrática. Essa reforma curricular foi acompanhada por movimentos sociais que pressionaram pela substituição de um modelo eurocêntrico predominante, ampliando a abordagem para incluir perspectivas mais diversas e conectadas com a realidade brasileira.

Bittencourt (2003) observa que essas mudanças foram impulsionadas pela redemocratização do país na década de 1980, período marcado pela necessidade de repensar os conteúdos ensinados na disciplina. O foco se deslocou para uma abordagem sociocultural, que reconhece a História como um campo interpretativo, considerando diferentes pontos de vista e contextos sociais. Nessa perspectiva, o estudante deve ser protagonista do próprio aprendizado, desenvolvendo habilidades como reflexão, análise e contextualização histórica.

Martins (2007) reforça que o ensino de História desempenha um papel central na formação cidadã, indo além da memorização de conteúdos e preparando os alunos para uma participação ativa na sociedade. Ele destaca a importância de práticas pedagógicas que estimulem a curiosidade, a troca de experiências e a contextualização, com foco na vivência e na resolução de problemas, elementos que tornam a aprendizagem significativa.

Os PCNs já apontavam a necessidade de superar um ensino passivo e tradicional. Bittencourt (2003) e Martins (2007) concordam que é fundamental integrar diferentes recursos, como documentários, músicas e jogos, para enriquecer as aulas e estimular o engajamento dos estudantes. Nesse sentido, Ide (2005) destaca o potencial dos jogos para desenvolver competências cognitivas, afetivas e sociais, mostrando que práticas lúdicas podem ser tão eficazes quanto métodos tradicionais na promoção do aprendizado.

Por outro lado, Barbosa (2018) critica a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), argumentando que, apesar de trazer avanços, ela ainda não rompeu completamente com a visão eurocêntrica. Segundo o autor, a cidadania ainda é discutida de forma limitada, com foco no mercado de trabalho, em detrimento de uma abordagem mais ampla que contemple os direitos sociais e a diversidade cultural. No entanto, a BNCC promove avanços ao enfatizar a história e cultura afro-brasileira e indígena, resgatando suas contribuições na formação do Brasil.

Becker (1993), ao tratar do construtivismo, acrescenta que o conhecimento não é estático, mas construído a partir da interação do indivíduo com o meio físico, social e simbólico. Essa visão dialoga com a proposta de um ensino de História dinâmico e centrado no protagonismo estudantil.

Por fim, os autores convergem na ideia de que o ensino de História deve preparar os alunos para compreender e interagir com o mundo de forma crítica. Enquanto Bittencourt (2003) e Martins (2007) destacam a importância da contextualização e do protagonismo, Barbosa (2018) aponta os desafios e resistências ainda presentes na implementação de uma educação mais inclusiva. Becker (1993) e Ide (2005) complementam ao abordar a necessidade de práticas inovadoras e interativas que favoreçam o desenvolvimento integral do estudante.

Dessa forma, o ensino de História é compreendido como um elemento essencial para a formação ética, crítica e cidadã, promovendo o respeito às diferenças e a valorização das contribuições culturais que compõem a sociedade brasileira.

A análise e comparação entre os autores apresentados evidencia diferentes abordagens e perspectivas sobre o ensino de História, especialmente no contexto das diretrizes educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a legislação brasileira, incluindo a Constituição de 1988 e a Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2017).

A BNCC, enquanto documento orientador, propõe um ensino voltado para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e conscientes, destacando a importância das Ciências Humanas na construção de uma ética social. O foco é o desenvolvimento das competências gerais, como a valorização dos direitos humanos e a responsabilidade coletiva, bem como a articulação do conhecimento histórico com a vivência social.

Nesse ponto, a BNCC enfatiza a necessidade de abordar temáticas como a igualdade de gênero e os direitos das mulheres a partir de um viés histórico e cultural. A habilidade EF09HI24, por exemplo, orienta a análise de transformações políticas e sociais, promovendo debates sobre cidadania e democracia, alinhados ao conceito de competências como mobilização de conhecimentos e habilidades para resolver problemas do cotidiano (BRASIL, 2017).

Figueira (2011) amplia essa discussão ao destacar a trajetória das mulheres no cenário político e social brasileiro. A autora pontua a importância de figuras como Bertha Lutz na luta pelo direito ao voto e outras conquistas femininas, conectando o ensino de História à análise crítica de contextos históricos. Para o autor, o uso de legislações como a Constituição de 1988 é essencial para ilustrar as transformações nos direitos das mulheres, apontando como a história pode ser um instrumento de reflexão e conscientização sobre as desigualdades de gênero.

Enquanto a BNCC fornece uma estrutura para o ensino de História, o documento contribui com exemplos práticos e contextuais, como a luta pelo sufrágio feminino e a evolução dos direitos garantidos pela Constituição. Ambos os enfoques convergem na necessidade de contextualizar os conteúdos

históricos e aproximá-los da realidade dos estudantes. No entanto, Figueira (2011) propõe uma ênfase maior na representatividade feminina, sugerindo que os docentes abordem de forma crítica as desigualdades históricas.

O PNE, por sua vez, reflete uma visão mais ampla ao considerar as diversidades regionais, estaduais e locais na formulação de diretrizes pedagógicas. Esse documento dialoga com a BNCC ao reforçar a importância de um currículo unificado, mas adaptável às especificidades de cada contexto.

Enquanto a BNCC oferece um norte abrangente para o ensino de História, centrado no desenvolvimento de competências e na formação cidadã, Figueira apresenta uma perspectiva mais focada na análise crítica e histórica das desigualdades de gênero. A conjugação dessas abordagens pode enriquecer as práticas pedagógicas, garantindo um ensino que não apenas instrua, mas também inspire mudanças sociais significativas.

Ainda quanto a discussão sobre o voto feminino e os movimentos feministas traz contribuições importantes de Simone de Beauvoir, Joan Scott e Heleieth Saffioti, cujas ideias dialogam com as análises de Porto (2002), Martínez (2016) e Santos (2017). Cada autora oferece perspectivas complementares sobre as lutas femininas, as desigualdades de gênero e as transformações sociais decorrentes dessas mobilizações.

Simone de Beauvoir, em "O Segundo Sexo" (1949), argumenta que a opressão das mulheres está profundamente enraizada em construções sociais e culturais que relegate a mulher ao "outro". Para Beauvoir, o direito ao voto foi um passo essencial na busca por igualdade, representando uma conquista política que simbolizou a inclusão das mulheres na esfera pública, tradicionalmente dominada pelos homens.

Porto (2002) reforça essa visão ao contextualizar o voto feminino como uma das etapas cruciais do movimento sufragista, que desafiou estruturas patriarcais. Ele destaca que a luta pelo sufrágio não se limitava à conquista de direitos políticos, mas também visava a redefinir o papel da mulher na sociedade, um ponto convergente com as análises de Beauvoir sobre a emancipação feminina.

Joan Scott, em seus estudos sobre gênero, enfatiza a importância de compreender o papel das mulheres nos movimentos feministas através da categoria "gênero", que permite analisar as relações de poder que sustentam

as desigualdades. Para Scott, o direito ao voto é uma vitória simbólica que reconfigura as relações de gênero, mas ela alerta para a necessidade de ir além do sufrágio e questionar como o poder continua a operar nas estruturas políticas e sociais.

Martínez (2016) ecoa Scott ao afirmar que, embora o voto tenha sido uma conquista significativa, ele não garantiu a igualdade plena entre os gêneros. Martínez analisa como as mulheres, mesmo após conquistarem o direito ao voto, enfrentaram dificuldades em ocupar espaços de decisão política, evidenciando que as estruturas de poder permanecem desiguais. Essa perspectiva amplia a crítica de Scott sobre as limitações das mudanças formais nos direitos das mulheres.

Heleieth Saffioti (2004), em suas análises sobre a opressão das mulheres, aborda a interseção entre patriarcado e capitalismo. Para ela, o direito ao voto foi uma conquista importante, mas insuficiente para transformar as bases materiais que sustentam a desigualdade de gênero. Saffioti ressalta que as mulheres continuam enfrentando opressões múltiplas devido à articulação entre exploração econômica e opressão de gênero.

Santos (2017) incorpora a perspectiva de Saffioti e Bongiovani (2004) ao examinar como os movimentos feministas contemporâneos têm buscado expandir as lutas além do voto, focando em questões como a desigualdade salarial, a violência de gênero e a falta de representatividade política. Santos destaca que as ideias de Saffioti são fundamentais para compreender as lutas femininas no contexto atual, onde as mulheres continuam desafiando tanto as estruturas patriarcais quanto as desigualdades econômicas.

Enquanto Beauvoir foca na emancipação feminina como um processo cultural e político, Scott introduz uma abordagem mais estrutural, questionando as dinâmicas de poder inerentes às relações de gênero. Saffioti, por sua vez, aprofunda a análise ao conectar a opressão das mulheres às estruturas capitalistas e patriarcais. Porto, Martínez e Santos ampliam essas discussões ao situar o direito ao voto e os movimentos feministas em contextos históricos específicos, destacando tanto os avanços quanto os desafios persistentes.

A análise integrada dessas autoras revela que o voto feminino foi um marco importante, mas apenas um ponto de partida na luta por igualdade. A continuidade dessa luta exige a desconstrução de sistemas de poder que

perpetuam as desigualdades, evidenciando a relevância dos movimentos feministas como agentes de transformação social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do voto feminino e dos movimentos feministas, à luz das contribuições de Simone de Beauvoir, Joan Scott e Heleieth Saffioti, revela a complexidade das lutas das mulheres ao longo do tempo e a importância de compreender essas conquistas dentro de um contexto mais amplo de relações de poder e estruturas sociais.

O direito ao voto, embora fundamental, foi apenas um passo inicial em um processo contínuo de busca por igualdade e justiça social. As perspectivas dessas autoras, complementadas pelos estudos de Porto (2002), Martínez (2016) e Santos (2017), ampliam a compreensão de que a luta das mulheres não se resume apenas ao acesso a direitos políticos, mas envolve também a desconstrução das relações de poder que ainda sustentam desigualdades em múltiplos níveis da sociedade.

Simone de Beauvoir, ao colocar o voto feminino como uma etapa essencial na busca por autonomia e reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos, aponta que essa conquista é simbólica e deve ser acompanhada de uma transformação nas estruturas sociais que perpetuam a opressão de gênero. No entanto, como Joan Scott bem observa, mesmo com o direito ao voto, as mulheres continuam a ser sujeitas a relações de poder e dominação que moldam as suas condições sociais, econômicas e políticas, o que implica que as mudanças formais não são suficientes para alcançar a igualdade real.

Heleieth Saffioti, por sua vez, aprofunda a análise ao conectar as relações de gênero com a estrutura capitalista e patriarcal, evidenciando como essas duas forças opressoras são imbricadas e como continuam a limitar as possibilidades de emancipação das mulheres.

A autora argumenta que, além da conquista do voto, é necessário enfrentar as desigualdades econômicas e sociais que ainda subjugam as

mulheres, muitas vezes em função de sua classe social, etnia e identidade racial. Nesse sentido, o voto feminino, embora crucial, não resolve as múltiplas camadas de opressão que se perpetuam no cotidiano.

Porto (2002), Martínez (2016) e Santos (2017) ampliam essas discussões ao considerar os contextos históricos e as realidades específicas em que as mulheres se inserem. A luta pelo voto não foi homogênea, e os desafios para as mulheres negras, indígenas e periféricas foram ainda mais intensos, dado o racismo estrutural e as desigualdades socioeconômicas que permeiam a sociedade brasileira. A interseção entre gênero e raça precisa ser considerada para entender as dificuldades que essas mulheres enfrentaram, e ainda enfrentam, para conquistar e exercer plenamente os seus direitos.

A questão étnico-racial, especialmente no contexto brasileiro, não pode ser dissociada da luta feminista, pois as mulheres negras e indígenas, por exemplo, historicamente estiveram à margem da luta pelo direito ao voto, tendo suas vozes e demandas silenciadas por uma sociedade racista e patriarcal.

A marginalização das mulheres negras no movimento feminista, muitas vezes excluídas das narrativas centrais, reflete as tensões entre o movimento feminista "universalista" e as especificidades das experiências vividas por mulheres em contextos de exclusão racial.

Em relação a isso, autores como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento contribuem para um entendimento mais inclusivo do movimento feminista, que incorpora a luta contra o racismo, a exploração econômica e as múltiplas formas de violência que atingem mulheres negras.

Portanto, a reflexão sobre o voto feminino e os movimentos feministas, quando ampliada para incluir as questões étnico-raciais, exige uma visão mais abrangente das desigualdades sociais. A luta das mulheres não pode ser vista apenas como uma questão de gênero, mas também como uma luta contra o racismo estrutural, a exploração econômica e as interseccionalidades que afetam profundamente as mulheres negras, indígenas e periféricas.

Ainda com relação as questões étnico-raciais, a luta pelo voto feminino no Brasil representa um marco significativo na história das mulheres, mas é importante destacar que a conquista desse direito não se deu de forma igualitária. Embora o sufrágio tenha sido uma vitória para muitas mulheres, as

questões étnico-raciais desempenharam um papel fundamental nas limitações dessa conquista.

As mulheres negras, marginalizadas pela sociedade racista e patriarcal, enfrentaram múltiplas barreiras para exercer seus direitos políticos, e a inclusão política plena só veio a acontecer de maneira mais efetiva nas últimas décadas, com o fortalecimento do movimento negro feminino e de outras iniciativas que buscaram dar visibilidade às especificidades da luta das mulheres negras.

O movimento feminista, em suas diferentes vertentes, desempenhou um papel crucial nesse processo. Inicialmente, o movimento feminista no Brasil foi predominantemente branco e de classe média, focando em questões relacionadas ao voto e aos direitos civis das mulheres dentro de um contexto social e político específico. As mulheres negras, por sua vez, foram muitas vezes deixadas de lado por esse movimento, que falhava em reconhecer a interseccionalidade das lutas de gênero, raça e classe.

A construção de um feminismo negro, como proposto por figuras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e outras pensadoras, foi essencial para dar voz e visibilidade à luta das mulheres negras, que não se limitava ao direito de voto, mas também envolvia a luta contra o racismo estrutural e a desigualdade social.

Ao longo do tempo, o movimento feminista e as mulheres negras começaram a reconhecer suas lutas como interligadas, e o feminismo passou a incorporar uma perspectiva antirracista e de classe. A participação política das mulheres negras, embora ainda seja limitada em relação às mulheres brancas, avançou consideravelmente nas últimas décadas. Exemplos como a eleição de Benedita da Silva, a primeira mulher negra a ocupar um cargo de destaque no governo federal, e a figura emblemática de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada em 2018, evidenciam a crescente presença de mulheres negras nas esferas de poder político.

No entanto, é importante ressaltar que o voto feminino e a participação política das mulheres negras são temas em constante evolução, que exigem atenção contínua. A luta das mulheres negras é marcada por desafios interseccionais, que envolvem não apenas questões de gênero, mas também de raça, classe social e acesso à educação e à saúde. Essas mulheres

continuam a ser afetadas por desigualdades estruturais e continuam a lutar por um espaço político e social mais inclusivo e representativo.

A ampliação da representatividade das mulheres negras na política e em outras esferas de poder não deve ser vista apenas como uma questão de número, mas como uma questão de justiça social. A participação política das mulheres negras deve ser uma prioridade para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, onde todas as vozes sejam ouvidas, respeitadas e valorizadas. A luta das mulheres negras pelo direito de voto e por uma maior presença política deve ser entendida como parte de um movimento mais amplo de luta contra o racismo, a discriminação e as desigualdades sociais, que continuam a marcar a sociedade brasileira.

Portanto, ao refletir sobre o voto feminino e os movimentos feministas, é fundamental reconhecer que as lutas das mulheres negras devem ser o centro de um movimento feminista mais inclusivo, que compreenda as múltiplas dimensões da opressão e busque a construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

O direito ao voto, embora importante, é apenas uma das dimensões da luta, e a verdadeira conquista será alcançada quando todas as mulheres, independentemente de sua raça ou classe social, forem verdadeiramente reconhecidas como cidadãs plenas, com iguais direitos, oportunidades e voz na construção da sociedade.

Assim, a superação das desigualdades de gênero deve ser acompanhada de uma luta constante contra as desigualdades raciais, uma vez que as duas questões estão intrinsecamente relacionadas. Para que a conquista do voto feminino se traduza em uma verdadeira igualdade, é fundamental que o movimento feminista se articule de forma mais inclusiva, incorporando a perspectiva das mulheres negras e indígenas, reconhecendo suas especificidades e combatendo as múltiplas formas de opressão que elas vivenciam.

Em última instância, a luta feminista, ao se unir à luta antirracista, promove uma transformação mais profunda e duradoura na sociedade, construída com base no respeito à diversidade, na valorização das identidades e na busca por uma igualdade substancial, que ultrapasse as fronteiras do gênero, raça e classe social.

As discussões sobre o voto feminino, os movimentos feministas e as questões étnico-raciais devem, portanto, caminhar juntas, para que possamos avançar em direção a uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva, onde todas as mulheres, independentemente de sua raça, classe ou origem, possam exercer seus direitos de forma plena e igualitária.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, B.M. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980, 197 p.

BARBOSA, M.C.S. **A BNCC e os direitos das crianças: Educação Infantil em evidência**. Revista Com Censo: estudos educacionais do Distrito Federal, Brasília, v. 5, n. 2, p. 9-13, maio, 2018.

BECKER, F. **O que é construtivismo**. Ideias. São Paulo: FDE, n.20, p.87-93, 1993.

BITTENCOURT, C. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **BNCC – Base Nacional Comum Curricular: versão final SEE, 2018**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP 2/2017 de 22 de dezembro de 2017, Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/RESOLUCAOCN_E_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.

FIGUEIRA, D.G. **História**. São Paulo: Ática, 2011.

HAHNER, J.E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981, 140 p.

IDE, S.M. **O jogo e o fracasso escolar**. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 8. ed. São Paulo, 2005, p. 89.

LIMONGI, F.; OLIVEIRA, J.S.; SCHMITT, S.T. **Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil.** Rev. Sociol. Polit. v. 27, n. 70, e003, 2019.

LOURO, G.L. **Mulheres na sala de aula.** In: História das Mulheres no Brasil. PRIORE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 443 – 481.

MARTINS, J.S. **Projetos de pesquisa: Estratégias de ensino em sala de aula.** 2ed. Campinas: Armazém do Ipê (autores Associados), 2007, 184 p.

MARTÍNEZ, L.P. **El sufragio femenino en América Latina.** 2016. Disponível em <<http://www.antrophistoria.com/2016/02/el-sufragio-femenino-en-americalatina.html>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PORTO, W.C. **O voto no Brasil: da colônia à 6ª república.** Imprensa: Rio de Janeiro, Topbooks, 2002, 430 p.

Voto da mulher. [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>. Acesso em: 10 nov. 2024.

RIBEIRO, E. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa.** In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais. Número 4, maio de 2008. Araxá. Centro Universitário do Planalto de Araxá.

SAFFIOTI, H.; BONGIOVANI, I. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151p.

SANTOS, L.C. **Sufrágio Feminino e Democracia no Brasil.** Rio de Janeiro. 2017. 80 p. Monografia de final de curso. Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

SARDENBERG, C.M.B.; COSTA, A.A.A. **Feminismos, feministas e Movimentos Sociais.** In: BRANDÃO, Margarida Luíza Ribeiro e BINGEMER, Maria Clara L. (Orgs.). Mulher e Relações de Gênero. Seminários especiais. Centro João XXIII. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81 – 114.

TOLEDO, M.A.L.T. **A disciplina de História no Império brasileiro.** Revista HISTEDBR, Campinas, n.17, p. 1-10. 2005.

